

Empresários no CMN crêem no interesse externo

BRASÍLIA — Os representantes do setor privado no Conselho Monetário Nacional (CMN) consideraram a aprovação da regulamentação da conversão da dívida externa em investimentos diretos no Brasil uma medida positiva diante da situação econômica do País. Todos acreditam no interesse dos investidores internacionais em projetos no Brasil.

Para o Presidente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, a medida é oportuna sobretudo porque a maioria dos países desenvolvidos já dispõe de mecanismos para conversão da dívida externa.

— Não diria que é perfeito e acabado, mas é bom para começar os entendimentos.

Já o Presidente da Montreal Empreendimentos, Sérgio Quintella, observou que a conversão da dívida é um estímulo ao investimento externo no País, uma vez que o capital estrangeiro se encontrava com poucos mecanismos de investimento.

— A proposta é muito liberal porque o processo de conversão se fará via leilão, impedindo qualquer tipo de cartorialização.

Ele lembrou ainda que, no proces-

so de conversão, o Governo não especificará os setores para investimento, agindo apenas para impedir a desnacionalização da economia. O Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antonio de Oliveira Santos, também é da mesma opinião, acreditando que a regulamentação era uma medida que tinha que ser tomada.

Sem o mesmo entusiasmo dos demais representantes do setor privado no CMN, o Presidente do Banco de Crédito Nacional (BCN), Pedro Conde, limitou-se a considerar que a conversão foi uma medida razoável diante das condições que o País atravessa. Para ele, a tentativa de parlamentares de impedir a aprovação da regulamentação da conversão, na reunião de ontem do CMN, não faz muito sentido porque a votação na Comissão de Sistematização não obteve maioria plena.

Foi vista também como medida positiva, pelos empresários que participam do CMN, a alteração do mecanismo de recolhimento compulsório sobre os depósitos a vista dos bancos comerciais, possibilitando a aquisição de novas debentures. Para Abílio

do Diniz, essa decisão do CMN vai socorrer as empresas muito endividadas, especialmente durante a primeira fase do Plano Cruzado.

O alongamento do prazo de resgate das debentures também teve o apoio de Pedro Conde, que considera que a medida vai permitir uma folga para as empresas privadas, promovendo o seu desenvolvimento.

— As negociações das dívidas de 60 em 60 dias são muito desgastantes — concluiu ele.

● **BOVESPA** — O Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, considerou “extremamente burocrático” o projeto de conversão da dívida externa em capital de risco, aprovado ontem pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo ele, além do projeto apresentar uma série de obstáculos para a conversão da dívida, existe o fator da instabilidade política gerada pela redução de mandato do Presidente José Sarney para quatro anos.

— Nenhum investidor terá interesse em aplicar recursos no Brasil enquanto não for superada essa fase de total indefinição política — afirmou Rocha Azevedo. — Mesmo que o projeto de conversão aprovado pelo CMN fosse liberal, creio que a maioria dos investidores preferiria aguardar um pouco mais.